

## Resenha da tradução brasileira do *Tractatus* de Wittgenstein

JOSÉ OSCAR DE ALMEIDA MARQUES  
Departamento de Filosofia  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas  
E-Mail: [jmarques@unicamp.br](mailto:jmarques@unicamp.br)  
Web: <http://www.unicamp.br/~jmarques>

Wittgenstein, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*; Tradução, apresentação e estudo introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 2ª edição (bilíngüe) revista e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

O *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein é uma das mais fascinantes e ao mesmo tempo mais difíceis obras da literatura filosófica do século 20. Na modesta extensão de uma centena de páginas, cobre em maior ou menor grau todo o espectro dos temas filosóficos tradicionais: da lógica à filosofia dos valores, da indagação sobre a estrutura última da realidade à busca do sentido da vida, da teorização sobre a linguagem a uma reflexão crítica sobre a própria atividade filosófica. Sua abordagem exige muito do leitor, não apenas pelo estilo aforístico e enigmático de suas proposições, mas porque assume - nas próprias palavras do Prefácio - que só poderá entendê-lo quem já tiver meditado por conta própria sobre os pensamentos que nele vêm expressos. O que significa, entre outras coisas, quem já tiver refletido sobre as questões tratadas por Frege e Russell em seus trabalhos pioneiros de fundamentação do moderno edifício da Lógica Matemática.

Tão profundo é o débito do *Tractatus* para com as obras desses autores que ele aparecerá como um livro praticamente incompreensível para quem já não estiver em certa medida com elas familiarizado. Por isso, por muito importante que seja o lançamento desta tradução, não cabe aqui a habitual saudação de que finalmente o público passa a ter acesso a um texto indispensável, etc., etc. Pois este *não* é um livro para o público em geral, nem mesmo para o público mais restrito dotado de uma certa educação filosófica, já que seu entendimento exige uma especialização razoavelmente avançada em um ramo bastante

técnico da filosofia. Mas em que residiria, então, a importância desta publicação, se ela não se destina prioritariamente a preencher uma lacuna nas estantes ou mentes dos leitores bem-pensantes? Deixo para o final da resenha o esboço de uma resposta a esta questão.

Traduzir o *Tractatus* é provavelmente um sonho acalentado pela maioria dos estudiosos que sobre ele se debruçam. E de certo modo muitos acabam fazendo-o, pelo menos em parte, quando precisam comunicar seus resultados em aulas, conferências, teses e publicações. E cada qual terá suas soluções preferidas, suas ênfases particulares, seus ângulos prediletos para iluminar o sentido de certas passagens - buscando abrir caminho para a paráfrase que julga mais correta e, por fim, para sua interpretação pessoal da obra como um todo. E, nesse processo, raramente estarão de acordo entre si, pois o fato é que existirão tantas traduções quantas são as interpretações, e quase tantas interpretações quantos são os estudiosos. Em meio a isso, só o texto original permanece como referência indiscutível. Num sentido bem preciso, a tradução do *Tractatus*, como ponto de confluência ideal de todos esses esforços, não existe.

Se os pesquisadores são compelidos à tradução, a recíproca não é menos verdadeira: a tarefa de traduzir o *Tractatus* requer um pesquisador. Não se trata de texto que possa prosperar na mão de tradutores profissionais, aptos a verter informações de uma língua para outra. Pois, exatamente, não há aí informação a verter - suas proposições rigorosamente nada dizem, como nos informa o próprio autor ao final da obra. O que conta é apenas o processo reflexivo que elas são capazes de induzir no leitor, o caminho que balizam desde as teses ontológicas iniciais sobre o mundo como totalidade dos fatos até a superação final de todas as teses - ilustrada pela metáfora da escada - na epifania do mundo visto, afinal, sob a perspectiva correta.

A transposição efetiva desse desenrolar para uma outra língua requer qualificações que só uma grande familiaridade com o texto pode fornecer. A máxima atenção ao detalhe deve coexistir com a mais ampla visão panorâmica da obra, o rigor na transcrição dos argumentos deve aliar-se à sensibilidade para preservar os efeitos retóricos, e a busca constante da clareza deve refrear-se nos pontos em que a obscuridade é inevitável e desejada pelo autor. Daí a necessidade de um grande discernimento filosófico, daí o fato de

que todas as traduções dignas de menção tenham sido produto de sólidos estudiosos: Ogden e Ramsey, Pears e McGuinness, Wedberg (para o sueco), Favrholt (para o dinamarquês), o Padre Colombo (para o italiano) e, no Brasil, José Arthur Giannotti e - agora - Luiz Henrique Lopes dos Santos.

Uma discussão do trabalho de Luiz Henrique Lopes dos Santos (LHLS) exige necessariamente uma consideração do trabalho precedente: a tradução de José Arthur Giannotti (JAG) publicada em 1968. Não apenas pelos vínculos intelectuais que ligam os dois tradutores, mas porque a nova tradução se apresenta explicitamente como uma revisão da anterior. E também porque uma confrontação dos dois trabalhos, com um exame de suas diferenças, fornece um conveniente roteiro para esta resenha e permite selecionar, dentre a multidão de tópicos possíveis, aqueles que mais interesse oferecem para uma discussão pormenorizada.

E diga-se desde já: a nova publicação é, sob todos os aspectos, bastante superior à precedente - como não poderia, de fato, deixar de ser. Mais de 25 anos se passaram entre ambas, e nesse meio tempo cresceu muito a literatura secundária sobre o *Tractatus*, podendo-se afirmar com certeza que o *scholar* de hoje está muito mais aparelhado para enfrentar as dificuldades do texto do que jamais poderia tê-lo estado nos idos de 1968. Afirmar isto não significa nenhuma condescendência para com o trabalho de JAG, que desde o início já estabelecera um elevado patamar de qualidade acadêmica e editorial. Que a nova tradução de LHLS tenha enfrentado o desafio de excedê-lo, e tenha sido bem sucedida, é um sinal seguro de que estamos diante de uma notável realização.

Antes de passar ao comentário da tradução em si, vou considerar o livro sob o aspecto de sua produção editorial. O que se entrega ao mercado é uma obra que, pela sua alta qualidade, destaca-se nitidamente dentre a massa de traduções filosóficas descuidadas que as editoras, mesmo as universitárias, costumam oferecer ao público. O aspecto que mais chama a atenção é que se tenha investido em uma edição bilíngüe, ocorrência quase inusitada no Brasil, embora devesse ser de praxe em se tratando de textos filosóficos clássicos. Com esta iniciativa, a tradução brasileira do *Tractatus* equipara-se agora à edição

bilíngüe inglesa da tradução de Pears e McGuinness, de larga utilização entre nós principalmente devido a essa característica.

Outro ponto a ressaltar é a inclusão da Introdução escrita por Bertrand Russell e originalmente publicada na edição de 1922 do *Tractatus*. Trata-se, tanto quanto eu saiba, de sua primeira aparição em língua portuguesa<sup>1</sup>. Texto controverso, famoso pelo desagrado que produziu em Wittgenstein, não deixa de ser um importante documento que, embora demonstre em certas passagens pouca compreensão do projeto filosófico wittgensteiniano, contém muito material de interesse para o pesquisador.

Outro sinal dos grandes cuidados editoriais dedicados a esta nova tradução brasileira do *Tractatus* é a presença de um extenso índice remissivo ao final do livro. O preparo de tais índices, embora seja prática corriqueira em edições de obras em língua inglesa ou alemã, raramente recebe atenção da parte dos editores brasileiros, o que priva o pesquisador de um instrumento de inestimável utilidade para seu trabalho. Registre-se, aliás, que um índice remissivo já acompanhava a tradução de JAG, revelando o quanto também aquela publicação fora cercada de cuidados especiais.

Outro ponto que as duas publicações têm em comum é que ambas trazem ensaios introdutórios redigidos pelos tradutores. Não surpreendentemente, esses ensaios voltam-se para os trabalhos de Frege e Russell, com o fito de prover o leitor de algumas informações indispensáveis à compreensão do livro de Wittgenstein. Mas embora JAG se detenha em seu ensaio nas fronteiras do *Tractatus*, sem mergulhar em uma análise e exposição do próprio texto, LHLS avança decidido sobre esse difícil terreno, com resultados extraordinários. Em um texto de cem páginas intitulado “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo” somos brindados com aquele que é com toda certeza o melhor comentário já escrito em língua portuguesa sobre o livro de Wittgenstein, e um dos grandes comentários em qualquer língua. Como esse texto poderia por si só constituir um livro em separado, ele mereceria igualmente uma resenha independente, e não vou por isso abordá-lo aqui.

---

<sup>1</sup> Devo aqui corrigir, ainda que tardiamente, esta afirmação, pois, como me informou o Prof. Francisco Costa Félix, a "Introdução" de Bertrand Russell já havia sido publicada em Portugal, na tradução de Manuel S. Lourenço, pela Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1987, páginas 1 a 24.

Enquanto projeto e realização gráficos, a publicação atende a todos os requisitos editoriais modernos, e as dificuldades inerentes à apresentação face-a-face do texto alemão e português foram perfeitamente resolvidas. A capa, infelizmente, não escapa da predileção atual das editoras brasileiras por utilizar esse espaço para a difusão de trabalhos gráficos sem relação inteligível com as páginas que recobrem, mas é discreta e não chega a constituir motivo de desagrado para o possuidor do livro, como ocorre algumas vezes.

Do ponto de vista da composição tipográfica, a quase inexistência de erros no texto impresso dá testemunho de um cuidadoso trabalho de revisão. O único que tem alguma importância ocorre na fórmula que aparece no segundo parágrafo de 5.5321. Como o leitor pode encontrar a fórmula correta impressa na página ao lado, esta falha não traz maiores conseqüências. Os demais resumem-se à falta de um circunflexo no verbo “pôr”, no início do segundo parágrafo de 5.5351, e à falta de italicizações na palavra “*uma*” no parágrafo entre parênteses em 5.156, nos símbolos  $K_n$  e  $L_n$  da fórmula em 4.42 (cf.  $L_n$  corretamente italicizado em 4.45) e na letra  $f$  em 4.24. E isto é tudo que pude descobrir.

Há alguns desvios em relação ao texto original que provavelmente decorreram de necessidades e limitações tipográficas. Assim, diversas quebras de parágrafo no texto de Wittgenstein foram suprimidas no texto da tradução (4.01, 4.112, 5.156, 5.515, 6.127, 6.3611, 6.521), e uma foi introduzida em 4.1273. Talvez esse procedimento tenha sido necessário para ajustar o tamanho da página em português ao tamanho da página em alemão. De qualquer forma, o leitor também terá nesses casos o texto original ao lado como referência, e poderá identificar a posição correta das quebras de parágrafos.

Razões de ordem técnica podem também ter sido responsáveis pela reprodução inexata de alguns caracteres empregados no texto original. É o caso dos símbolos musicais para sustenido e bemol (4.013), das letras gregas “ $\phi$ ” (3.333, 4.24), “ $\nu$ ” (4.27, 6.02, mas correta em 6.241) e “ $\kappa$ ” (4.42), e do sinal de multiplicação (6.241), os quais foram substituídos, no texto traduzido, por outros apenas superficialmente assemelhados. Detalhe sem importância, é claro, mas não deixa de ser curioso observar que, à época da tradução de JAG, as artes tipográficas de então não encontraram maiores dificuldades para prover os símbolos apropriados.

Quanto ao texto em alemão, ele parece ter sido extraído diretamente das páginas impressas do original, estando isento de erros que poderiam vir a ser introduzidos em uma nova composição.

\*

Antes de iniciar o comentário da tradução propriamente dita, quero fazer algumas considerações sobre o âmbito de minha apreciação. Todo trabalho de tradução filosófica defronta-se com a tarefa de estabelecer um compromisso entre fidelidade e compreensibilidade, entre a exatidão na reprodução do que está no original e a fluência e facilidade de entendimento do material traduzido. Não há obrigatoriamente um ponto único, ótimo, no qual esse compromisso deva estabelecer-se: é toda uma faixa que se oferece ao tradutor, cada opção contendo suas próprias oportunidades de excelência. Por motivos que seria muito complexo investigar, cada tradutor negocia seu compromisso de maneira mais ou menos próxima a um ou outro pólo, e isto acaba por definir o *estilo* da tradução.

Quando se considera, por exemplo, a tradução inglesa do *Tractatus* feita por Pears e McGuinness, fica visível que o compromisso foi estabelecido pelo lado da compreensibilidade. O texto se lê de forma fluente, a sintaxe é descomplicada e o discurso desenrola-se em perfeita adequação ao ritmo e à prosa convencionais da língua inglesa. Este resultado, é claro, tem um custo: a frase alemã é freqüentemente rearranjada, orações ativas são apassivadas e vice-versa, palavras adicionais são introduzidas em lugares estratégicos, etc. E com isso abre-se um flanco para a crítica, que pode enxergar em alguns pontos a infiltração da paráfrase e da interpretação.<sup>2</sup>

Em contraste, a antiga tradução de JAG pautou-se pela atitude oposta. Nela fica patente o empenho por um ideal que se poderia descrever, metaforicamente, como a obtenção de um texto com a mesma “multiplicidade lógica” do original, no qual cada frase espelhasse exatamente a construção da frase correspondente do *Tractatus*. Uma busca que tem de se curvar, é claro, ao fato de as duas línguas terem estruturas gramaticais muito

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, as numerosas observações de Max Black em *A Companion to Wittgenstein's 'Tractatus'*. Cambridge: University Press, 1971.

distintas, mas que, dentro dessa limitação inevitável, procede inflexivelmente segundo seus princípios. O custo, neste caso, é que o texto de JAG não é exatamente um texto que se leia com facilidade. Seu fraseado não é o que estamos acostumados a encontrar no discurso usual, e seu sentido só se revela, em alguns casos, após um razoável esforço de penetração sintática. Isto, como ressaltai antes, não constitui por si mesmo algo criticável, mas é uma característica do estilo adotado pelo tradutor.

Ao se considerar a nova tradução de LHLS, o que mais nos chama inicialmente a atenção é o quanto ela se atém aos princípios estilísticos definidos pela tradução anterior. Isto talvez não devesse surpreender, já que ela é, propriamente, uma revisão daquele trabalho, e podemos apenas especular sobre qual teria sido sua tônica caso LHLS a tivesse cunhado *ab ovo*. Mas não se entenda com isso que as mudanças são de pouca monta: elas são substanciais, e pouquíssimos são os parágrafos que não sofreram alguma alteração de maior ou menor importância. Trata-se, para todos os efeitos, de uma *nova* tradução. O que nela se preserva é, antes, o espírito, a inclinação para o ideal da exatidão. E seu maior triunfo é que, mesmo tendo avançado em muito na direção desse ideal frente ao trabalho anterior, ela é ao mesmo tempo um texto que, embora ainda árduo em certas passagens, constitui *também* um grande progresso no que diz respeito à sua legibilidade.

Parece-me indispensável, ao proceder à avaliação da tradução de LHLS, admitir a autoridade final do tradutor sobre a escolha do estilo de seu trabalho - ou seja, sobre a negociação do ponto de equilíbrio acima mencionado - e reconhecer que essa decisão não pode ser criticamente questionada de forma objetiva. Já frisei que cada estudioso do *Tractatus* tem, em sua cabeça, as *suas* traduções prediletas de várias passagens, que dificilmente coincidirão com as de um outro. Mas essas predileções envolvem sempre uma dose de subjetividade, e não o autorizam a criticar construções com base meramente no fato de que teria uma outra preferência para seu fraseado. Em tudo o que se segue, portanto, vou ocupar-me apenas dos pontos da tradução que dão margem a questões substantivas, e não meramente estilísticas.

Começo, então, pelo tópico da terminologia. Em boa medida, as decisões adotadas por JAG nessa área foram preservadas por LHLS, e correspondem a termos cujo uso já se acha bastante sedimentado nas discussões em língua portuguesa sobre o *Tractatus*. O único cujo uso ainda não se generalizou é “figuração”, para traduzir “Bild”, que provê o correlato “afigurar” para “abbilden”. Estamos ainda acostumados a dizer simplesmente “figura” (cf. o inglês “picture”), mas de há muito se sabe que a palavra alemã possui implicações que vão além do que cobre esta palavra portuguesa, incluindo também o significado de “modelo”; por isso, o uso de um termo diferenciado como “figuração” parece-me de fato mais recomendável. É curioso que a ambigüidade dessa palavra, ao designar tanto um ato como o resultado de um ato, tenha aparecido a JAG como um traço de certo modo indesejável (p. 132). Em minha opinião, ao contrário, é exatamente essa característica - que abre o caminho para a concepção de “Satz” como um *dizer* e não meramente um *algo dito* - que constitui o principal atrativo dessa escolha.

Quanto às mudanças introduzidas por LHLS, podemos notar especialmente as seguintes: “bedeuten” passa a ser “significar”, e não “denotar”, adaptando-se ao uso que tende hoje a ser dominante. O famoso “der Fall sein”, que JAG traduz por “ocorrer”, torna-se “ser o caso”, evitando-se assim a associação com um desenrolar temporal. “Bestehen” passa a ser simplesmente “existir”, em vez de “subsistir”, o que é acertado, visto que a distinção meinongiana entre as duas noções não tem aplicação no *Tractatus*. O que era “absurdo” (“unsinnig”) na tradução anterior torna-se “contra-senso” na nova tradução. Nos casos em que JAG utilizava “presentar” e “representar” para traduzir “vorstellen” e “darstellen”, LHLS emprega apenas “representar”, também acertadamente, visto que essa diferença verbal não recobre uma distinção conceitual relevante na exposição de Wittgenstein. E, por fim, “Zeichensprache” torna-se “notação” em LHLS, em oposição à expressão “linguagem simbólica” que figurava em JAG - uma mudança necessária, já que esta última expressão turva a importante distinção tractariana entre “Zeichen” e “Symbol”. O aparecimento de “linguagem por sinais” em 4.1121 talvez seja uma sobrevivência de uma alternativa anteriormente considerada por LHLS, antes de decidir-se por “notação”.

Outras alterações corrigem algumas idiossincrasias do texto de JAG, desaconselháveis pelas associações filosóficas que carregam consigo. Assim, “autonomia” e

“heteronomia” (para “Selbständigkeit” e “Unselbständigkeit”, 2.0122, 5.461) dão lugar às formas mais neutras de “auto-suficiência” e “não auto-suficiência”, que não envolvem a noção de *nómos*. A questão de se uma coisa pode existir “für sich”, em 2.0121, torna-se em LHLS simplesmente a questão de se ela pode existir “por si própria” e não, como em JAG (com algumas reverberações hegelianas) se ela pode existir “para si”. A mesma observação vale para o uso, em JAG, de “vir-a-ser” (“Eintreffen”, 6.3611), que em LHLS torna-se simplesmente “ocorrência”. E ao nos depararmos com “equiponderantes” para traduzir “gleichberechtigt” (4.061, 6.127 - “com os mesmos direitos” em LHLS) não podemos deixar de imaginar o quanto JAG já não estaria na ocasião envolvido em suas investigações sobre a medida, mais tarde publicadas como primeiro capítulo de seu livro *Trabalho e Reflexão*.

Há por fim certas mudanças que têm apenas o caráter de uma preferência pessoal, sem maiores conseqüências conceituais. “Sinal” para “Zeichen”, em vez de “signo”, “generalidade” para “Allgemeinheit”, em vez de “universalidade”, e “casual” para “zufällig”, em vez de “acidental”. Neste último caso a opção não me parece tão boa como a anterior, uma vez que é muito mais comum falarmos, p. ex., em “generalidade acidental” do que em “generalidade casual” (cf. 6.031). Com certeza o tradutor sentiu-se compelido a esse uso para manter a correspondência etimológica com “acaso”, usada para traduzir “Zufall”.

Concluindo esta seção sobre a terminologia, não posso deixar de surpreender-me pela manutenção, em LHLS, do termo “ideografia” empregado em JAG para traduzir “Begriffsschrift”. Parece-me que, especialmente quando a referência é ao trabalho de Frege, o termo “conceitografia”, além de mais difundido, tem a seu favor o fato de evitar as conotações psicologistas da palavra “idéia”.

\*

Passo agora ao exame do texto da nova tradução, atentando especialmente para as mudanças que introduz em relação à anterior. Se ela não inova, como notei, quanto ao estilo e à terminologia básica, a situação é bem diferente quando se desce aos detalhes do texto. Nesse nível, a comparação de quaisquer passagens revela quanto trabalho foi dedicado a polir a superfície um tanto rugosa da tradução anterior. Praticamente cada linha

foi refeita, e o resultado é um texto muito mais fiel ao original em termos do significado dos vocábulos e locuções, do uso dos tempos e modos verbais, e da interpretação da sintaxe das frases.

Começo por um problema que ocorre repetidas vezes no texto de JAG e refere-se à tradução do advérbio “überhaupt”. Considere-se o caso de 2.02331, quando Wittgenstein afirma que, se várias coisas têm todas suas propriedades em comum, então é “überhaupt unmöglich” indicar isoladamente uma delas. O que ele quer dizer é que é *absolutamente* impossível fazê-lo, mas JAG nos informa que isso é “em geral” impossível. Para o leitor mais desavisado, fica a implicação de que poderia haver alguns casos, embora excepcionais, em que a indicação seria realizável. O mesmo ocorre no segundo parágrafo do Prefácio, quando Wittgenstein escreve: “Was sich überhaupt sagen läßt, läßt sich klar sagen”, isto é, o que se deixa *de algum modo*, ou *em absoluto*, dizer, deixa-se dizer claramente. A tradução de JAG: “em geral o que pode ser dito, etc.” dilui o caráter categórico da afirmação original, o que é especialmente inconveniente em se tratando da sentença que, para Wittgenstein, resume todo o sentido de seu livro. O mesmo problema surge na tradução das proposições 2.18, 4.003, 4.116, 5.551 e 5.634, que foram em sua maioria retificadas na nova tradução de LHLS.

Em 3.312, após ter identificado uma expressão como a marca característica de uma classe de proposições, Wittgenstein acrescenta: “Er wird also dargestellt durch die allgemeine Form der Sätze, die er charakterisiert.” O pronome “er” (a proposição) é o sujeito do verbo “charakterisieren”, mas JAG o toma como objeto, sem perceber que, se assim fosse, ele deveria estar no acusativo (“ihn”). LHLS faz corretamente a tradução: “Ela é, pois, representada pela forma geral das proposições que caracteriza”, e não “que a caracteriza”, como se lia na tradução anterior. Esta desatenção pela declinação dos pronomes, e a conseqüente falha na apreensão da sintaxe da sentença alemã, ocorre ainda algumas outras vezes na tradução de JAG.

O modo de obtenção de uma variável proposicional a partir de uma proposição, tal como se descreve em 3.315, é dificilmente compreensível para quem segue o texto de JAG. Wittgenstein está afirmando que a classe de proposições que são valores de uma variável

proposicional depende do que queremos significar com as partes da proposição: “was wir ... mit Teilen jenes Satzes meinen”. Essa dependência entre a classe e o *significado* das partes da proposição está expressa claramente na tradução de LHLS, mas dela não se encontra sinal no texto de JAG, no qual apenas nos é dito que aquela classe depende “do que nós ... chamamos partes da proposição.”

Tampouco a explicação tractariana da noção de probabilidade relativa pode ser perfeitamente compreendida por quem lê a tradução de JAG. O quociente  $V_{rs}$  - entre o número de fundamentos de verdade de uma proposição  $r$  e o número de fundamentos de verdade que uma proposição  $s$  tem em comum com  $r$  - define, no *Tractatus*, o grau de probabilidade que a proposição  $r$  dá à proposição  $s$ , ou seja, o que comumente se denomina a probabilidade de  $s$  em relação a  $r$ . Em JAG ele é apresentado como o inverso: a probabilidade de  $r$  em relação a  $s$  (5.15, 5.151). A tradução de LHLS faz aqui uma correção indispensável para o entendimento do texto de Wittgenstein.

Em 5.512, após notar que uma proposição falsa torna-se verdadeira quando negada, Wittgenstein se pergunta: “Wie kann ihn nun der Stricht ‚~‘ mit der Wirklichkeit zum Stimmen bringen?”. Ou seja, ele se pergunta como pode o traço “~” fazê-la concordar com a realidade. Mas JAG oferece: “Como lhe é possível fazer o traço ‘~’ concordar com a realidade?” Mais uma vez LHLS traduz acertadamente, poupando-nos do esforço de tentar imaginar em que sentido o sinal de negação poderia, ou não, concordar com a realidade.

A referência em 5.62 a “der Sprache, die allein ich verstehe” é traduzida por JAG como “a linguagem que somente eu compreendo”, leitura que tem indesejáveis consequências para a compreensão da real natureza do solipsismo wittgensteiniano. E já na Introdução de Russell o sentido da caracterização estava precisamente apreendido: “a única linguagem que eu entendo” (cf. LHLS, p. 124). De uma forma um pouco mais tortuosa (“a linguagem que, só ela, eu entendo”), LHLS restabelece o enunciado correto.

Deixo para o final aquela que é, na minha opinião, a mais importante e mais necessária correção realizada por LHLS em sua revisão da tradução anterior. Trata-se da proposição 4.022, na qual se afirma “Der Satz zeigt, wie es sich verhält, wenn er wahr ist.” Esta frase havia sido traduzida em JAG como “A proposição mostra, se for verdadeira,

como algo está.” Mas essa leitura viola o princípio básico da semântica do *Tractatus*, que é a independência entre uma proposição ter sentido e ser verdadeira. A proposição tem sentido, isto é, mostra as coisas como estando de um certo modo, *mesmo* que não seja verdadeira, isto é, *mesmo* que as coisas não estejam como ela mostra. LHLS dá a tradução correta: “A proposição mostra como estão as coisas se for verdadeira”. A cláusula “se for verdadeira” não é uma condição, como em JAG, para que a proposição mostre algo<sup>3</sup>, mas é parte integrante do que a proposição mostra: a proposição mostra as *condições de sua verdade*. E *isso*, é claro, ela pode mostrar mesmo que tais condições não estejam satisfeitas.

Não é factível nem obviamente necessário apontar e comentar aqui todos os demais aperfeiçoamentos e correções existentes na nova tradução. A seleção acima procura indicar apenas alguns casos representativos, e é suficiente, imagino, para demonstrar a oportunidade e a relevância da revisão de LHLS.

\*

Passo por fim à discussão daquelas poucas passagens em que a nova tradução merece, a meu ver, alguns reparos. Como se verá, elas envolvem pontos de reduzida importância, que de nenhum modo prejudicam o sentido do texto de Wittgenstein. Mesmo assim, pareceu-me interessante deixá-los aqui registrados.

Começo pela proposição 3.1: “Im Satz, drückt sich der Gedanke sinnlich wahrnehmbar aus.” LHLS mantém aqui exatamente a mesma tradução de JAG: “Na proposição o pensamento exprime-se sensível e perceptivelmente.” Mas isto é obscuro. Qual seria a diferença entre uma expressão sensível e uma perceptível? Por que o uso simultâneo desses dois qualificativos? A resposta pode ser encontrada considerando-se a locução que aparece na proposição seguinte (3.11), “das sinnlich wahrnehmbare Zeichen”. Aqui fica claro que a tradução oferecida - “o sinal sensível e perceptível” - não pode estar correta. “Wahrnehmbare” aparece flexionado e é de fato um adjetivo de “Zeichen”. Mas “sinnlich” surge sem flexão, e constitui portanto um advérbio que modifica o adjetivo

---

<sup>3</sup> Para uma crítica detalhada dessa leitura, e uma indicação dos erros interpretativos a que ela pode conduzir, veja-se meu artigo “A Ontologia do *Tractatus* e o Problema dos *Sachverhalte* Não-Subsistentes”. *O que nos faz pensar* (Cadernos do Depto. de Filosofia da PUC-Rio). vol. 5, novembro de 1991, p. 51-66.

“wahrnembare”, não o substantivo “Zeichen”. E, de fato, essa é a solução adotada na tradução de 3.32, onde tanto LHLS como JAG empregam “sensivelmente perceptível”. Penso que uma clareza ainda maior pode ser obtida se refletirmos que “sinnlich”, em alemão, refere-se primariamente ao que é apreensível pelos órgãos sensoriais. Levando-se isso em conta, creio que 3.1 poderia ser traduzida mais adequadamente como: “Na proposição o pensamento exprime-se de maneira perceptível aos sentidos”, e *mutatis mutandis* nos casos de 3.11 e 3.32.

Há uma ocasião em que a tradução de LHLS afasta-se da de JAG, que estava desta feita correta, a meu ver. Ao comentar em 4.003 o contra-senso de certas questões filosóficas, Wittgenstein diz que elas são da mesma espécie da questão “ob das Gute mehr oder weniger identisch sei als das Schöne”. LHLS a enuncia como a questão sobre “se o bem é mais ou menos idêntico ao belo”. Mas o texto em alemão diz “als”, e não “mit” - e aqui JAG apreendeu o sentido correto: “se o bem é mais ou menos idêntico *do que* a beleza”. A diferença é significativa, pois o contra-senso resulta exatamente de não se ter atribuído um significado à palavra “idêntico” como *adjetivo* (cf. 5.473, 5.4733), fato que se perde na tradução de LHLS, na qual o termo “idêntico” aparece como uma *relação*, isto é, como aquilo que ele efetivamente é, no seu uso convencional.

Em 5.41, lemos no *Tractatus*: “Alle Resultate von Wahrheitsoperationen mit Wahrheitsfunktionen sind identisch, welche eine und dasselbe Wahrheitsfunktion von Elementarsätzen sind.” O que Wittgenstein quer dizer é que são idênticos todos os resultados obtidos pela aplicação de operações de verdade a funções de verdade que sejam a mesma, p. ex.  $p \vee q$  e  $\sim(\sim p \& \sim q)$ . A referência do pronome “welche” são as funções de verdade sobre as quais se opera. Embora melhore muito a quase incompreensível formulação de JAG, a solução de LHLS não é ainda correta. Ela diz: “são idênticos os resultados de operações de verdade com funções de verdade que sejam todos uma única e a mesma função de verdade de proposições elementares.” “Welche” é entendido aqui como se referindo aos resultados das operações. Mas essa leitura torna o enunciado de Wittgenstein improvavelmente tautológico, pois se é dos *resultados* que se afirma que são uma e a mesma função de verdade, então nada de novo se acrescenta ao dizer que eles são idênticos.

Eu hesitaria em traduzir “das Höhere”, que aparece em 6.432, por “o Altíssimo”, como faz LHLS. É verdade que uma referência a Deus surge logo a seguir no texto, mas a palavra alemã para “o Altíssimo” é “der Allerhöchste”, além do fato de que o uso do artigo neutro torna implausível que “das Höhere” esteja designando a divindade. Creio que a palavra significa aqui simplesmente o que é “mais alto” ou “mais elevado”, em concordância com a tradução de “nichts Höheres” por “nada de mais alto” em 6.42.

Resta por fim examinar a problemática passagem no segundo parágrafo de 5.515, que tanta dificuldade traz aos tradutores do *Tractatus*: “... denn das Symbol „p“ und „q“ setzt ja selbst das ‘ $\vee$ ’, ‘ $\sim$ ’, etc. voraus.” É óbvio que há um erro de impressão no texto original, dado que “*p*” e “*q*” não podem ser “das Symbol”, no singular. LHLS opta por colocar toda a frase no plural, oferecendo: “... pois os próprios símbolos ‘*p*’ e ‘*q*’ pressupõem ...”, o que tem o inconveniente de exigir demasiadas alterações no texto, já que não apenas “das Symbol” mas também “setzt” e “selbst” são formas do singular. Pears e McGuinness propõem “the symbol in ‘*p*’ and ‘*q*’ itself presupposes ...”, e outras alternativas têm sido apresentadas na literatura.<sup>4</sup>

\*

Ao concluir estes comentários à tradução do *Tractatus Logico-Philosophicus* dada a público por Luiz Henrique Lopes dos Santos, quero enfatizar que temos aqui um dos lançamentos editoriais mais importantes na área filosófica realizado em anos recentes no Brasil. Afirmei anteriormente que sua importância não poderia ser medida pela sua adequação às necessidades do público em geral, visto que se trata de uma obra dirigida antes a especialistas, e mesmo estes, se são sérios em seu trabalho, sempre se obrigarão a continuar utilizando o texto alemão. Penso, no entanto, que *há* uma necessidade premente preenchida pelo preparo desta tradução, e que dá a real medida de sua importância. Não uma necessidade íntima do tradutor - embora seja inegável o atrativo de um tal desafio - mas uma necessidade impessoal *da própria língua portuguesa*. É como se nossa língua

---

<sup>4</sup> Cf. a proposta de Max Black: “... for the symbol *p* in  $p \vee q$  itself presupposes ...”, *op. cit.* p. 279. Como não podemos realmente saber qual seria o texto correto, resta-nos apenas examinar, com certa curiosidade, as soluções que a criatividade dos tradutores chega a produzir.

tivesse vencido uma etapa necessária de sua educação expressiva, ao mostrar-se capaz de reconstruir, em seu interior e em seus próprios termos, o caminho que leva, no *Tractatus*, à exibição dos limites do dizível e à descrição da essência de toda linguagem. Se o livro de Wittgenstein é, à sua maneira, a culminação de toda a filosofia tradicional, a apropriação plena de seu conteúdo representa, para um idioma, rito de passagem primordial, momento privilegiado de universalização e demonstração de sua maturidade filosófica.